

Nº 13/IX-3º/2007

(Sobre Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central 2008 (PIDDAC/2008) e Dívidas do Estado ao Município de Almada)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 18 de Dezembro de 2007, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada regista, de novo este ano, o contributo que a Câmara Municipal deu ao Governo em sede de elaboração do Orçamento de Estado para o ano de 2008, concretamente ao nível da definição dos investimentos no quadro do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), através do envio de propostas concretas para inclusão neste Programa da Administração Central de investimentos essenciais à melhoria da qualidade de vida dos Almadenses que são da responsabilidade do Governo e que tardam a ser concretizados no nosso Concelho, propostas enviadas ao Primeiro Ministro, a cada um dos Ministros das respectivas pastas, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e às Comissões Especializadas deste Órgão de Soberania.

Considerando que aquele contributo da Câmara Municipal de Almada não encontrou por parte do Governo, e por parte do Grupo Parlamentar que o suporta na Assembleia da República – a exemplo, aliás, do que tem acontecido sucessivamente, todos os anos –, a receptividade que

Nº 13

as propostas apresentadas sem dúvidas justificam, tendo o PIDDAC sido elaborado, apresentado aos Deputados e ao País, e aprovado na Assembleia da República sem incluir nenhuma das propostas apresentadas pela Câmara Municipal de Almada.

Considerando que os investimentos previstos no Concelho de Almada em sede de PIDDAC 2008 se esgotam na construção dos Quartéis da Guarda Nacional Republicana na Charneca de Caparica (este na sua 2ª fase) e na Costa da Caparica, ambos dotados da verba ridícula de 100 mil euros em 2008, no Programa Polis da Costa da Caparica, com uma verba orçamentada de menos de 2,7 milhões de euros, no Centro Infantil da Costa da Caparica, com uma verba orçamentada que não chega a 140 mil euros, e na construção da sede social do Centro de Arqueologia de Almada, inscrito já em 2007 com uma verba de 5.000 euros, e merecendo este ano uma redução de cinco vezes – apenas 1.000 euros! – sendo todos os restantes investimentos reiteradamente reivindicados pelo Município e pelas populações ao longo dos anos, simplesmente ignorados pela proposta apresentada e feita aprovar pelo Governo.

Considerando que aquela realidade representa, mais uma vez, que as intenções de investimento do Governo no nosso Concelho ficam muito aquém de corresponder de forma positiva às legítimas aspirações e necessidades dos Almadenses, ignorando investimentos da responsabilidade do Governo que todos nós consideramos prioritários para o nosso Concelho, há muitos anos reclamados quer pela Câmara Municipal quer por esta mesma Assembleia Municipal, resultando em novos atrasos e prejuízos no desenvolvimento do Concelho de Almada em áreas de grande sensibilidade e importância como a segurança, a saúde, o ambiente e a qualificação do território, o turismo, a educação e ensino, a mobilidade e acessibilidades e a dimensão de apoio social.

Considerando que, para além desta realidade, o Orçamento de Estado para 2008, e o PIDDAC em particular, não revela a assumpção dos devidos compromissos do Governo no sentido de saldar as suas dívidas para com o Município de Almada, que em termos globais atingem um montante de cerca de 3,5 milhões de euros, correspondentes s investimentos concretizados pelo Município em substituições dos diferentes ministérios, suportados em acordos e

Nº 13

protocolos de colaboração estabelecidos de boa fé entre as partes, e já facturados ao Governo em alguns casos há muitos anos, mas ainda não pagos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 17 de Dezembro de 2007, delibera:

1. Exigir ao Governo que considere os investimentos nas áreas da segurança, saúde, educação, rede viária, ambiente e ordenamento do território, e apoio social, entre outras áreas de intervenção, propostos pela Câmara Municipal de Almada, e por esta mesma Assembleia Municipal ao longo dos anos, como prioritários e imprescindíveis ao bem estar das populações do Concelho de Almada, ao progresso e ao desenvolvimento do Concelho, e que não obstante se encontrarem excluídas do PIDDAC para 2008, sejam consideradas e lançadas pelos diferentes Ministérios no decorrer do próximo ano.
2. Exigir ao Governo que assuma as suas responsabilidades no que respeita ao pagamento da dívida de cerca de 3,5 milhões de euros que possui para com o Município de Almada em áreas como a Educação, a Cultura e o Ambiente, determinando a urgentemente liquidação integral daquela verba de modo a permitir, por parte da Câmara Municipal de Almada, a concretização de investimento necessário e imprescindível à continuada melhoria da qualidade de vida dos Almadenses.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 19 de Dezembro de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)